

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Portugal: Sem Justiça, a Democracia é Apenas Cenário

Publicado em 2026-05-22 11:11:44



BOX DE FACTOS

- A Constituição da República Portuguesa consagra o acesso ao direito e aos tribunais como direito fundamental.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

- A lentidão judicial pode transformar direitos formais em promessas vazias.
- A opacidade institucional alimenta a desconfiança pública e corrói a legitimidade democrática.
- Sem Justiça efectiva, a democracia fica reduzida a ritual eleitoral, retórica constitucional e administração da aparência.

Sem Justiça, a Democracia é Apenas Cenário

Quando a Justiça deixa de ser o último abrigo do cidadão, a democracia deixa de ser uma casa comum e passa a ser apenas uma fachada constitucional iluminada por lâmpadas cansadas.

Há momentos em que uma sociedade deve parar, respirar fundo e perguntar-se se ainda vive sob o império da lei ou apenas sob a liturgia dos procedimentos. Portugal gosta de falar de democracia, de Estado de direito, de instituições, de

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

A Justiça portuguesa, tal como é sentida por muitos cidadãos, tornou-se demasiadas vezes um sistema opaco, lento, hermético, ritualizado e socialmente distante. Pode haver boas intenções, excelentes magistrados, funcionários dedicados e reformas tecnológicas anunciadas com fanfarra ministerial. Mas o cidadão não vive de comunicados. Vive do tempo real dos seus problemas, das suas perdas, dos seus conflitos, dos seus direitos suspensos na fila interminável dos processos.

E quando a Justiça tarda demasiado, não chega apenas tarde: chega diminuída. Chega como uma carta que já perdeu destinatário. Chega como chuva depois da colheita destruída. Chega, muitas vezes, como confirmação burocrática de uma derrota que já aconteceu na vida concreta das pessoas.

A Constituição não prometeu um labirinto

A Constituição da República Portuguesa não fala da Justiça como uma maquinaria distante reservada aos iniciados. O artigo 20.º consagra o acesso ao direito e aos tribunais para defesa dos direitos e interesses legalmente protegidos, afirmando que a justiça não pode ser denegada. Isto não é uma frase ornamental. É uma promessa de civilização.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

então a promessa constitucional começa a perder densidade. Continua escrita. Continua bonita. Continua citável. Mas fica pendurada na parede como um retrato antigo de uma família que já não se reconhece.

A Justiça não pode existir apenas no papel. Tem de existir no tempo certo. Tem de ser percebida. Tem de ser fiscalizável. Tem de ser humana. Tem de ser igual para o fraco e para o poderoso, para o cidadão anónimo e para o senhor com cartão, gabinete, advogado caro e agenda invisível.

A lentidão como forma silenciosa de injustiça

A lentidão judicial é frequentemente apresentada como um problema técnico: falta de meios, excesso de processos, complexidade legislativa, insuficiência de funcionários, sistemas informáticos imperfeitos, reformas incompletas. Tudo isso pode ser verdade. Mas há uma verdade mais profunda: a lentidão da Justiça é, em si mesma, uma forma de injustiça.

Um direito reconhecido dez anos depois pode ser juridicamente correcto e humanamente inútil. Uma indemnização que chega tarde pode já não reparar nada.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

A Pordata reúne séries estatísticas sobre processos entrados, findos, pendentes, taxas de eficácia e de congestão nos tribunais portugueses. Esses indicadores não são meros números. São termómetros de confiança republicana. Cada processo pendente é uma história suspensa. Cada atraso prolongado é uma pequena erosão no contrato democrático.

Opacidade, linguagem fechada e distância democrática

Outro problema grave é a opacidade. A Justiça fala, muitas vezes, numa linguagem que parece desenhada para excluir quem dela mais precisa. O cidadão comum lê uma notificação judicial e sente-se perante um texto vindo de uma ordem monástica perdida entre latim processual, fórmulas herdadas e uma burocracia que confunde rigor com obscuridade.

Claro que o Direito exige precisão. Mas precisão não tem de significar incompreensão. Uma democracia madura deve conseguir explicar-se aos cidadãos. Se o Estado decide, acusa, absolve, arquiva, penhora, condena ou suspende, deve ser capaz de o fazer com clareza. A obscuridade não protege a Justiça; protege antes a distância entre a Justiça e o povo em nome de quem ela é administrada.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

grande teatro dos poderes instalados.

A percepção de cegueira selectiva

Há ainda uma sombra mais perigosa: a percepção de cegueira selectiva. Não se trata aqui de condenar em bloco magistrados, advogados, funcionários ou tribunais. Seria injusto e intelectualmente preguiçoso. Há gente séria, competente e dedicada no sistema judicial português. Mas as instituições não vivem apenas da virtude individual dos seus servidores. Vivem também da confiança pública que conseguem inspirar.

Quando certos processos parecem avançar com extraordinária velocidade e outros se arrastam como procissões fúnebres; quando alguns cidadãos parecem esmagados por uma máquina implacável e outros parecem circular entre recursos, prescrições e subtilezas legais como quem atravessa uma sala conhecida; quando o poderoso raramente sente a lei com a mesma temperatura que o cidadão comum, nasce uma dúvida corrosiva.

E a dúvida, neste domínio, é veneno institucional. Porque a Justiça não tem apenas de ser independente. Tem de parecer independente. Não tem apenas de ser imparcial. Tem de ser percebida como imparcial. Não tem apenas de cumprir

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

vazia

Uma democracia não se mede apenas pelo acto de votar. Votar é essencial, mas não basta. Também se votava, por vezes, em regimes que gostavam muito de urnas decorativas. A democracia exige imprensa livre, oposição efectiva, administração transparente, responsabilidade política e, acima de tudo, Justiça independente, célere e acessível.

Sem Justiça, o cidadão fica entregue à força do mais forte. A lei deixa de ser escudo e passa a ser ornamento. O Estado deixa de ser garante e passa a ser labirinto. A democracia passa a existir como cenário: há Parlamento, há Governo, há tribunais, há discursos, há cerimónias, há hinos, há bandeiras. Mas falta o essencial: a confiança de que o abuso pode ser travado, o direito pode ser defendido e o poder pode ser responsabilizado.

Uma democracia sem Justiça é como uma ponte sem pilares: pode até parecer sólida ao longe, mas basta a primeira cheia para revelar a sua fragilidade.

O que deveria mudar

A reforma da Justiça não pode ser apenas mais um plano estratégico com capa elegante, sessões públicas e fotografias

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Desde logo, é necessário simplificar a linguagem judicial, melhorar a comunicação com os cidadãos e tornar cada fase processual mais transparente. O cidadão deve saber onde está o seu processo, porque está parado, quem é responsável pelo impulso seguinte e que prazos razoáveis existem.

Depois, é indispensável medir desempenho com seriedade. Não para transformar magistrados em operários de fábrica processual, mas para impedir que a lentidão se esconda eternamente atrás da tradição. A Justiça não pode ser gerida como se o tempo fosse uma abstração filosófica. Para quem espera, o tempo é vida.

É também essencial investir em tecnologia útil, e não apenas em plataformas digitais que reproduzem a velha burocracia em ecrã moderno. Digitalizar a confusão não é modernizar. É apenas dar Wi-Fi ao labirinto.

A modernização deve ser centrada nas pessoas: cidadãos, empresas, funcionários judiciais, magistrados e advogados. A OCDE tem sublinhado precisamente a importância de uma Justiça mais centrada nas pessoas, mais acessível e mais eficiente. Mas esse princípio só terá valor se sair dos relatórios e entrar na experiência concreta de quem precisa

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Portugal precisa de uma Justiça do século XXI: rápida sem ser precipitada, tecnológica sem ser desumana, independente sem ser corporativa, rigorosa sem ser incompreensível, firme sem ser selectiva.

Uma Justiça moderna deve usar inteligência artificial com prudência, sistemas de gestão processual transparentes, análise de tempos médios, alertas automáticos de bloqueio processual, triagem inteligente de litigância repetitiva e mecanismos de mediação eficazes. Mas nenhuma tecnologia substituirá o essencial: uma cultura institucional de responsabilidade, serviço público e respeito pelo cidadão.

A Justiça não existe para proteger a si própria. Existe para proteger a sociedade. Não existe para preservar rituais internos. Existe para garantir direitos. Não existe para cultivar distância hierárquica. Existe para aproximar o Estado do cidadão no momento em que este mais precisa de acreditar que ainda vive numa comunidade civilizada.

Conclusão: quando o último abrigo começa a ruir

A Justiça é o último abrigo do cidadão perante o abuso, o arbítrio, a mentira, a corrupção, a violência económica, o

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Não há democracia verdadeira onde o cidadão tem medo de enfrentar o Estado. Não há democracia saudável onde o poderoso parece sempre mais bem servido pela máquina judicial. Não há Estado de direito onde a Constituição promete uma coisa e a vida concreta entrega outra.

Portugal não precisa de mais proclamações sobre a Justiça. Precisa de Justiça que funcione. Justiça que chegue a tempo. Justiça que se explique. Justiça que trate o cidadão comum com a mesma dignidade com que trata os nomes sonantes. Justiça que não se esconda atrás do nevoeiro processual. Justiça que volte a ser pilar, e não ornamento.

Porque sem esse pilar, tudo o resto começa a parecer impossível. A democracia fica de pé, sim, mas como certas casas antigas depois do incêndio: a fachada ainda lá está, as janelas ainda desenham simetria, mas por dentro já só mora o vazio.

Nota editorial: Este texto não é um ataque à Justiça enquanto ideal, nem aos muitos profissionais sérios que nela trabalham. É precisamente o contrário: é uma defesa da Justiça como pilar essencial da democracia. Criticar a degradação de um sistema não é destruir a

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Referências e leituras úteis

- Constituição da República Portuguesa — Artigo 20.º, acesso ao direito e tutela jurisdicional efectiva
- Pordata — Indicadores sobre processos na Justiça em Portugal
- OCDE — Modernisation of the Justice Sector in Portugal
- Comissão Europeia — EU Justice Scoreboard

Texto: **Francisco Gonçalves**

Co-autoria editorial de : **Augustus Veritas.**

Publicação: Fragmentos do Caos

Nota factual: Em 2012, Paula Teixeira da Cruz, então ministra da Justiça, admitiu publicamente que em Portugal havia “uma justiça para ricos e uma justiça para pobres”, explicando que quem dispõe de meios pode eternizar processos através de recursos e incidentes sucessivos, enquanto quem não tem esses meios não dispõe da mesma capacidade de resistência

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

estrutural no acesso efectivo a Justiça.

Sem o pilar Justiça, a democracia pode até existir, mas é apenas cenário: uma fachada constitucional com luzes acesas por fora e os alicerces a ruir por dentro.

 **Ler o e-Book : O Bem e o Mal em Portugal**

 [GitHub Pages](#)

 [CodeBerg Pages](#)



Fragmentos do Caos: [Blogue](#) • [Ebooks](#) • [Carrossel](#)

 Esta página foi visitada ... vezes.

[Contactos](#)